

Art. 3.º Fica perdoada a terça parte das penas corporais de prisão correccional que tiverem sido aplicadas a réus que, à data do presente decreto, estejam condenados por decisão transitada em julgado e que não hajam tido anterior condenação nem beneficiado de comutação ou diminuição das mesmas penas.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Maio de 1931.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

### 3.ª Direcção Geral

#### 3.ª Repartição

##### 2.ª Secção

#### Decreto n.º 19:746

Considerando que, pelo decreto n.º 19:657, de 28 de Abril do corrente ano, foram dissolvidos os regimentos de infantaria n.º 13 e n.º 4, respectivamente com sede no Funchal e Ponta Delgada;

Considerando que estes regimentos antes de serem reorganizados nas ilhas tinham as suas sedes em Vila Real e em Tavira, que por tal motivo ficaram sem guarnições militares;

Atendendo a que dêste facto resultaram inconvenientes para o serviço de recrutamento, devido à grande densidade de população no norte e sul do País;

Atendendo também a que as populações dos concelhos limítrofes de Vila Real e Tavira são prejudicadas nas suas obrigações respeitantes ao recrutamento e ao pagamento da taxa militar, pela grande distância a que alguns ficam das sedes dos actuais respectivos distritos de recrutamento e reserva;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São criados os regimentos de infantaria n.º 13 e n.º 4, com as suas sedes respectivamente em Vila Real e Tavira.

Art. 2.º São criados os distritos de recrutamento e reserva n.º 13 e n.º 4, com as suas sedes respectivamente em Vila Real e em Faro.

Art. 3.º Os antigos distritos de recrutamento e reserva n.º 13 e n.º 4 passam a designar-se respectivamente, como medida provisória, distrito de recrutamento e re-

serva do Funchal e distrito de recrutamento e reserva de Ponta Delgada.

O quadro n.º 1 do decreto n.º 16:407, de 19 de Janeiro de 1929 (sedes dos distritos de recrutamento e reserva e sua distribuição pelos governos e regiões militares), na parte respeitante aos distritos de recrutamento e reserva n.ºs 4, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15 e 17, fica tendo a seguinte constituição:

Distritos de recrutamento e reserva	Sedes	Concelhos
N.º 6 . . . . .	Penafiel . . . . .	Arouca. Castelo de Paiva. Celorico de Basto. Felgueiras. Lousada. Marco de Canaveses. Paços de Ferreira. Paredes. Penafiel. Sinfães. Valongo.
N.º 8 . . . . .	Braga . . . . .	Amares. Arcos de Valdevez. Barcelos. Braga. Cabeceiras de Basto. Fafe. Guimarães. Ponte da Barca. Póvoa de Lanhoso. Terras do Bouro. Vieira. Vila Verde. Vila Nova de Famalicão.
N.º 9 . . . . .	Lamego . . . . .	Armamar. Fozcoa. Lamego. Moimenta da Beira. Penafiel. Resende. Sernancelhe. S. João da Pesqueira. Tabuaço. Taruca.
N.º 10 . . . . .	Bragança . . . . .	Alfândega da Fé. Bragança. Carrazeda de Ansiães. Freixo de Espada-à-Cinta. Macedo de Cavaleiros. Mogadouro. Miranda do Douro. Mirandela. Murça. Vinhais. Tôrre de Moncorvo. Vila Flor. Vimioso.
N.º 13 . . . . .	Vila Real . . . . .	Alijó. Amarante. Baião. Boticas. Chaves. Mesão Frio. Montim de Basto. Montalegre. Régua. Ribeira de Pena. Sabrosa. Santa Marta de Penaguião. Valpaços. Vila Pouca de Aguiar. Vila Real.

Distritos de recrutamento e reserva	Sedes	Concelhos
N.º 12 . . . .	Guarda . . . .	Almeida. Celorico da Beira. Figueira de Castelo Rodrigo. Fornos de Algodres Gouveia. Guarda. Manteigas. Meda. Pinhel Sabugal. Trancoso.
N.º 14 . . . .	Viseu . . . .	Aguiar da Beira. Carregal. Castro Daire. Mangualde. Mortágua. Nelas. Oliveira de Frades. Penalva do Castelo. Santa Comba Dão. S. Pedro do Sul. Sátão. Seia. Tondela. Viseu. Vila Nova de Paiva. Vouzela.
N.º 4 . . . .	Faro . . . .	Alcoutim. Castro Marim. Faro. Loulé. Olhão. S. Brás de Alportel. Tavira. Vila Real de Santo António.
N.º 15 . . . .	Lagos . . . .	Albufeira. Aljezur. Lagoa. Lagos. Monchique. Odemira. Portimão. Silves. Vila do Bispo.
N.º 17 . . . .	Beja . . . .	Aljustrel. Almodóvar. Alvito. Barrancos. Beja. Castro Verde. Cuba. Ferreira do Alentejo. Mértola. Moura. Ourique. Portel. Serpa. Viana do Alentejo. Vidigueira.

Art. 4.º As disposições dêste decreto entram em vigor na parte respeitante à formação dos regimentos de infantaria n.º 13 e n.º 4 a partir do dia 1 de Junho do

corrente ano e na parte respeitante à criação dos distritos de recrutamento e reserva n.º 13 e n.º 4 e às alterações nas áreas de outros distritos de recrutamento e reserva desde a data da sua publicação.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Maio de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimardes—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

## MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

### Direcção Geral Militar

#### 1.ª Repartição

#### Decreto n.º 19:747

Atendendo a que o governador geral de Moçambique propôs várias alterações à organização militar da colónia;

Tendo em vista o disposto no n.º 5.º da alínea b) da base VIII das bases orgânicas da administração colonial, aprovadas por decreto n.º 15:241, de 24 de Março de 1928;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São extintas a Secretaria Militar e a delegação da 2.ª Repartição do Quartel General no distrito de Tete.

Art. 2.º São aumentados: um oficial adjunto e um sargento amanuense na 1.ª Repartição e dois oficiais adjuntos na 2.ª Repartição do Quartel General de Lourenço Marques.

Art. 3.º O depósito de fardamento e mobília do distrito de Tete fica a cargo do encarregado do depósito de material de guerra do mesmo distrito, com a gratificação diária por êste serviço de \$20 (ouro), abonada nos termos da portaria da colónia n.º 1:673, de 1920, mantendo-se o cargo de cabo fiel do depósito de fardamento.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Armindo Rodrigues Monteiro.